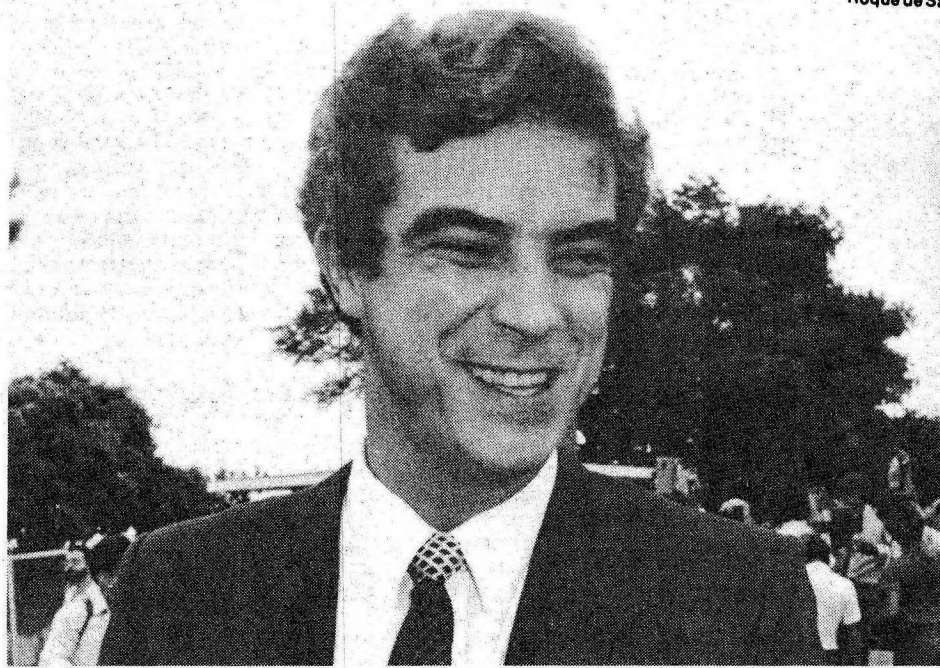




Couto disse que governará o DF tendo a liberdade como um compromisso



Galba Menegale: "A nomeação interina não contradiz a Nova República"

Eleições dependem do consenso

As vésperas de completar seus 25 anos, Brasília — amanhã com um novo governador, empossado e interino, o Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, que governará o DF pelo prazo de 30 dias — poderá ter a sua representação política definida até o final do ano, com eleições diretas inclusive para o governador. Esta previsão é do deputado João Gilberto (PMDB-RS), 40 anos, relator da Comissão Interpartidária, que estuda atualmente as reformas na legislação eleitoral.

"Ainda não existe no Congresso Nacional — disse o parlamentar gaúcho — um consenso quanto à forma exata da representação política para Brasília. A Comissão Interpartidária, inclusive, já aprovou a tese de que Brasília eleja deputados federais e senadores e recomendou, ainda, que as lideranças partidárias acelerem as discussões com a própria comunidade, para que a população de Brasília chegue à uma conclusão final quanto à forma exata da representação política no DF".

Estado

João Gilberto disse ainda que Brasília, "pelas suas próprias características de capital da República, não pode ser convertida num estado normal, igual aos demais estados da Federação. Mas Brasília tem que ter uma representação local. E a forma exata dessa representação local não se sabe ainda,

porque não existe um consenso sobre isto no Congresso Nacional". O relator da Comissão Interpartidária acrescentou que "nós vamos viabilizar a representação política para Brasília ainda este ano. Eu pessoalmente sou plenamente a favor da representação local e da representação no Congresso Nacional. Acredito que, no máximo, até o final do ano nós teremos aprovada uma emenda constitucional no Congresso, criando a representação política para Brasília".

Mauro Borges

Por outro lado, o senador Mauro Borges (PMDB-GO), 65 anos, que assumiu quarta-feira a presidência da Comissão do DF no Senado, afirmou que o seu objetivo na presidência dessa Comissão "é lutar pela representação política de Brasília, em todos os níveis, inclusive com eleições diretas para governador de Brasília".

"Nós estamos vivendo tempos novos — disse Mauro Borges — e a comissão do DF não pode ficar alheia a esse fato. Eu pessoalmente vou lutar por esta tese dentro da Comissão, que é composta por senadores. Mas o certo é que todos concordam que todo município e toda cidade, tem Câmara de Vereadores e governadores. Mas como Brasília não é estado nem município, e tem o Senado. E é no Senado onde funciona a Comissão do DF".

Limitações

O presidente da Comissão do DF no Senado disse, ainda, que esta comissão tem limitações "porque não pode propor uma emenda Constitucional criando a representação política para Brasília. O papel da Comissão do DF é o de estudar e dá parecer sobre projetos relativos a Brasília, sobretudo problemas financeiros, problemas de pessoal e problemas que dizem respeito à estrutura financeiro do próprio governo: "Tudo isso não pode ser feito sem que o Senado seja ouvido antes".

No entender do senador goiano, "criar-se uma representação política para Brasília, com eleições apenas para vereadores, deputados e senadores, é uma proposta elitista. Eu sou a favor da eleição direta para governador de Brasília. E eu acredito que é esta a aspiração de toda a comunidade brasiliense, pois é inconcebível que sendo Brasília a capital da República e aqui funcionando o Congresso Nacional, o DF não tenha a sua representação política. Mas eu vou trabalhar para isso".

Democracia

Por outro lado, o ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, que assumirá o governo do DF interinamente por um prazo de 30 dias, em solenidade a realizar-se às 14h30 de amanhã, no Ministério da Justiça — e que depois

receberá a transmissão do cargo do atual governador José Ornellas, no Palácio do Buriti — afirmou que governará Brasília dentro dos "princípios e valores da Nova República".

"Governarei Brasília" — disse o ministro do Interior — tendo a democracia como princípio e a liberdade como o primeiro compromisso".

Itamar Franco

Já o senador Itamar Franco (PMD-B-MG) alertou o presidente em exercício, vice-presidente José Sarney, para o fato da existência da lei de número 3.751 e do artigo 42 da Constituição, que tratam sobre a questão da representação política para o DF. "Sarney — disse o senador mineiro — corre o risco, em tese, ao nomear um governador interino para Brasília, de ver a população da cidade exigindo que o DF tenha também uma Câmara de Vereadores, devido a nomeação de um governador interino para a cidade".

Concluindo, Itamar Franco disse, ainda, que é contra que um ministro de Estado — no caso o ministro Ronaldo Costa Couto — assuma a governança de Brasília, alegando que "não haverá tempo para desempenhar-se plenamente as duas funções". Mas Ronaldo Costa Couto, por sua vez, informou que governará Brasília interinamente desta forma: "pela manhã, darei expediente no Ministério do Interior e, à tarde, no Palácio do Buriti", concluiu.